

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ATA N.º 3/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZASSEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 30 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----  
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

No dia 16 de janeiro de 2012, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

### **Período da Pré Ordem do Dia**

Após saudação, a Presidente começou pela discussão e votação da ata número cinquenta, de 20 de dezembro de 2011, aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.-----

A Presidente passou de seguida ao período de esclarecimentos com informação relativa ao trânsito entre o largo de São Carlos e a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, que disse não ser uma questão consensual. Apontou existir o problema da EVT na descida dos autocarros na Canada Nova, lembrando a hipótese levantada de colocação de sinais de trânsito, nomeadamente semáforos, destacando o problema das saídas das moradias na zona, em cenário de trânsito alternado. Deu conta que estão a ser equacionadas soluções, que podem passar por uma mudança do percurso dos autocarros.-----

Relativamente à passadeira na Canada dos Folhadais, questão levantada na reunião do dia 14 de novembro do ano transato, reportou-se às declarações da anterior Presidente, que informou que o sinal da passadeira seria colocado, acrescentando que o mesmo foi colocado na mesma semana, e que as Obras Públicas pintaram a passadeira.-----

A Presidente indicou, seguidamente, a questão da adesão Rede de Cidades Saudáveis, apontando que em 27 de junho de 2011 foi dado conhecimento na Câmara sobre a adesão à rede e que na altura foram nomeados a Presidente e Vereadores para a Assembleia Intermunicipal da rede. Indicou que no dia 21 de Setembro foi remetido ofício aos Vereadores com a revista semestral, com as atividades desenvolvidas pela autarquia, acrescentando que a Câmara já participou em reuniões no decorrer do passado ano e que estará presente noutra reunião em Lisboa no dia 6 de fevereiro.-----

No que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, a Presidente informou que está prevista uma reunião para o mês de fevereiro, no dia 3, data a confirmar.-----

A Presidente referiu de seguida a discussão sobre o pagamento de indemnizações aos funcionários do anterior elenco executivo que deixaram de exercer funções, informando que foram pagos os vencimentos até ao dia 11 de dezembro e de 15 a 31 de dezembro, férias não gozadas, mais os proporcionais das férias compreendidas entre janeiro e dezembro de 2011, pagamentos efetuados nos termos do artigo 180º, do decreto-lei 59/2008, de 11 de setembro. Indicou ainda que esta situação foi confirmada pela DROAP, concluindo que não houve qualquer indemnização, que foi um pagamento automático, processado pelos serviços, sem despacho. O Vereador António Ventura questionou o valor, ao que a Presidente disse que transmitiria posteriormente por escrito, por esta ser uma reunião gravada. Apontou ainda que as pessoas que auferiram destes proporcionais foram aquelas que trabalhavam no setor privado, destacando serem três elementos. O Vereador Artur Lima questionou sobre os que trabalhavam no serviço público. A Presidente respondeu que nestes casos há continuidade.-----

Sobre a data do Conselho Local de Educação, a Presidente informou que a previsão é para que tenha lugar em fevereiro.-----

A Presidente referiu de seguida a questão colocada pelo Vereador António Ventura, em anterior reunião, sobre o serviço de Finanças, dando conta que houve contactos entre a anterior Presidente da Câmara e o Diretor do Serviço, com o qual indicou também planeia reunir urgentemente.-----

Reportou-se à questão levantada pelo Vereador Fernando Dias, sobre o Cartão Cidade, informando que há uma avaria nas máquinas afetas da empresa que explora o serviço, indicando que a situação será acutelada brevemente e que haverá concurso público para o efeito, podendo ou não manter-se a atual empresa.-----

A Presidente passou, seguidamente, à informação requerida sobre o final da intervenção na Avenida Tenente Coronel José Agostinho, cujo prazo previsto disse ser 8 de fevereiro. Sobre as árvores, disse ter sido escolhida a melhor proposta e que de momento estão a ser recolhidos orçamentos de firmas locais para a aquisição da

espécie escolhida, que disse produzir fruto e flor com uma folha prateada, destacando ainda que tem uma copa grande.-----

Relativamente à sala dos Vereadores, a Presidente indicou que a situação será corrigida, apontando que no corrente dia haverá uma reunião em que o assunto será abordado.-----

Recordou de seguida a questão dos valores recebidos do Proconvergência, indicando que no dia 30 de dezembro de 2011 deu entrada, através das guias de receita 247 e 248, a quantia de setecentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta dois euros e sessenta cêntimos, resultantes de dois pedidos de pagamento do projeto “Construção da nova Escola da Ribeirinha”. Acrescentou que este montante corresponde a um total de despesa pública, no valor de novecentos e um mil, trezentos e quarenta e quarto euros e vinte e quatro euros, montante a considerar aquando da inscrição do saldo de gerência, na revisão de abril.-----

Sobre o pedido dos contratos com a empresa João de Freitas Cardoso para 2011 e 2012 feito pelo Vereador Artur Lima em reunião anterior, a Presidente anotou que a informação já está disponível e será remetida por ofício.-----

O Vereador José Élio Ventura tomou a palavra começando por se referir a questões levantadas nas últimas reuniões, em relação aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. No que diz respeito à recolha de resíduos sólidos, recordou ter defendido que houve um reforço redobrado da recolha na zona do centro histórico. Nesse sentido, informou que foi implementado um sistema noturno da recolha sustentável, na medida do uso dos recursos humanos e da viatura afeta a essa tarefa, que tem intervenção numa área, que engloba o centro histórico, e que faz a recolha entre as vinte horas e as duas horas da manhã, às segundas, quartas e sextas-feiras. Concluiu que na sequência das questões que foram levantadas sobre a recolha de lixo foi implementado este sistema, que foi alvo de testes técnicos, por forma a assegurar as condições para o garantir. Mostrou de seguida aos Vereadores a área delimitada, assinalada no mapa a vermelho. Acrescentou ainda que à segunda-feira, de manhã, haverá o cuidado de fazer uma passagem pelas ruas, para acautelar as condições destas no início da semana. Sobre a recolha seletiva indicou que permanece à terça, quinta e sábado, com a recolha

de vidro, plástico, papel e papelão, respetivamente. Relativamente à área delimitada a vermelho, deu conta que a informação será transmitida aos cidadãos e que a informação em relação às restantes áreas será posterior, depois de serem definidos percursos e reajustes. Concluiu que este novo sistema inclui mais artérias, podendo, posteriormente ser alargado a outras, anotando a possibilidade de o processo sofrer eventuais ajustes. Apontou ainda a necessidade de informar os munícipes sobre a hora mais provável para a passagem do camião do lixo, de forma a evitar que o mesmo seja espalhado e suje as ruas.-----

Em relação à informação solicitada na última reunião sobre os ajustes diretos, o Vereador José Élio Ventura indicou que há um ajuste direto dos Serviços Municipalizados à empresa João de Freitas Cardoso, cuja cópia disse que será entregue aos Vereadores. O Vereador Artur Lima deu conta de querer ter acesso a todo o procedimento. O Vereador José Élio Ventura confirmou que a informação será disponibilizada.-----

O Vereador José Élio Ventura referiu-se de seguida a uma outra questão colocada na última reunião de Câmara sobre o concurso público internacional para aquisição de duas viaturas, de quinze metros cúbicos, para recolha de resíduos sólidos urbanos. Deu conta que se apresentaram a concurso sete concorrentes, dos quais foram excluídos cinco, por não terem na oficina os meios de diagnóstico eletrónico próprios da marca que se propunham vender, restando dois, a MAN Truck & Bus Soc. Unip e a SOMA (Sociedade de Montagem de Automóveis), tendo sido adjudicada a aquisição à primeira, por trezentos e oito mil euros. O Vereador Artur Lima questionou quem representa a MAN Truck na Terceira. O Vereador José Élio Ventura indicou ter-lhe sido transmitido verbalmente que a EVT empresta os serviços mecânicos de reparação de viaturas em relação a esta marca, possuindo os meios eletrónicos de diagnóstico necessários, reconhecidos pelo fabricante. O Vereador Artur Lima apontou que foi feita a adjudicação à proposta mais cara. O Vereador José Élio Ventura explicou que o concurso tinha um preço base de trezentos e dez mil euros, tendo a MAN Truck apresentado uma proposta de trezentos e oito mil euros, a Sotermáquinas, duzentos e oitenta e oito mil euros, o Raul Paim & Filhos, duzentos e oitenta e oito mil euros, Raul Paim & Filhos II, trezentos e oito mil euros, Luizes Representações, duzentos e oitenta e seis mil euros, Auto Sueco, trezentos e vinte mil euros, tendo sido excluída por ultrapassar o valor base do concurso e finalmente a SOMA no valor de trezentos e nove mil e novecentos euros.

Concluiu que, desta forma, dos que não foram excluídos, foi adjudicado à empresa que apresentou a proposta mais baixa, acrescentando que uma das exigências do FEDER era que houvesse a capacidade de fazer a reparação da viatura num dia útil, sublinhando que as empresas excluídas não tinham essa capacidade. O Vereador Artur Lima considerou que nem a empresa escolhida tem essa capacidade, pedindo seguidamente uma cópia deste processo. Ressalvou ainda que a esposa do ex-Presidente dos Serviços Municipalizados é sócia da empresa EVT. A propósito, o Vereador António Gomes reportou a resposta do Revisor Oficial de Contas sobre a questão da compatibilidade. O Vereador Artur Lima anotou que veio resposta à primeira pergunta, mas que pediram a relação dos sócios e a respetiva quota na EVT e que nunca houve resposta, sublinhando que a mesma é imprescindível para posteriores adjudicações. A Presidente anotou que deve receber a informação brevemente.-----

O Vereador José Élio Ventura leu de seguida informação relativa ao caderno de encargos, em relação às exigências dos meios técnicos. Acrescentou ainda que o júri visitou todas as empresas, por forma a atestar esta capacidade técnica, sublinhando a questão da reparação num dia útil, que disse ter sido a razão da exclusão das outras empresas. O Vereador Artur Lima questionou se foi feito *stock* de peças para a referida viatura. O Vereador José Élio Ventura anotou que a questão será colocada à empresa, reafirmando a necessidade de as empresas a concurso preencherem uma série de requisitos, tal como *software* necessário para o diagnóstico das viaturas. O Vereador Artur Lima indagou sobre a capacidade do sistema em corrigir as avarias num dia útil, sublinhando a necessidade de ser apurado o *stock* de peças e a relação delas para a viatura. O Vereador Artur Lima questionou sobre qual foi constituição do júri. O Vereador José Élio Ventura indicou ter sido Ana Cristina Mendes, Daniel Cunha e Luís Borba Gonçalves, funcionários dos Serviços Municipalizados, que disse terem pugnado, nesta tarefa, pelos interesses dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, anotando a importância de um serviço de assistência rápido para estas viaturas. O Vereador Artur Lima questionou se os Serviços Municipalizados não têm oficinas. O Vereador José Élio Ventura respondeu que têm, mas que estas não dispõem da capacidade técnica e para fazerem este tipo de serviço, em viaturas novas, com uma tecnologia própria de cada marca. O Vereador Artur Lima pediu informação relativa à marca de todos os carros do lixo que existem nos Serviços Municipalizados. O Vereador António Ventura concordou sobre a necessidade de se apurar a questão das reparações num dia útil. O Vereador

Artur Lima reafirmou a questão das quotas da família do ex-Presidente dos Serviços Municipalizados na empresa EVT, que disse ser uma questão de moralidade e não de legalidade, ressaltando a necessidade de comprovar as condições referidas, determinantes para a adjudicação. A Presidente ressaltou que as oficinas dos Serviços Municipalizados não têm a tecnologia necessária para acompanhamento de cada uma das viaturas. O Vereador Artur Lima indicou ser por essa razão que pediu informação sobre as marcas das viaturas que existem, anotando que normalmente na escolha de marcas para frotas há homogeneidade.-----

O Vereador José Élio Ventura deu a informação que a proposta da MAN Truck foi feita pela empresa a nível nacional e não pela EVT, anotando a taxa de IVA a 23 por cento. Acrescentou ainda que a proposta da Auto Sueco foi igualmente feita a nível nacional, com a mesma taxa, assim como a SOMA. Referiu que as empresas locais a concurso foram a Sotermáquinas, Raul Paim & Filhos, Raul Paim & Filhos II e Luizes Representações. O Vereador Artur Lima anotou o devido respeito ao mercado livre, ressaltando que, no entanto, as empresas concelhias foram preteridas no concurso. Perguntou ainda se o valor é pago à MAN nacional. O Vereador José Élio Ventura indicou que sim, uma vez que esta é que concorreu, acrescentando que poderá confirmar a informação. O Vereador Artur Lima pediu igualmente acesso a esta informação.-----

O Vereador António Ventura destacou a questão da transparência, afirmando a necessidade de esclarecer se houve algum favorecimento nesta adjudicação, pedindo igual acesso à informação solicitada pelo Vereador Artur Lima.-----

O Vereador José Élio Ventura registou que as autorizações passaram pela reunião de Câmara e que a aquisição foi viabilizada. Acrescentou ainda que não há muitas empresas habilitadas a vender veículos desta natureza, bem como a fazer reparações aos mesmos, anotando não estar a fazer juízos de valor em relação às várias empresas. A Presidente apontou que a frota dos SMAH tem marcas diversificadas, anotando o critério do preço e das propostas economicamente mais vantajosas. O Vereador Artur Lima considerou que esta é uma má opção. A Presidente explicou que a lei determina que seja escolhida a opção economicamente mais vantajosa. O Vereador Artur Lima deu o exemplo da compra pela SATA da nova frota, a mais cara de sempre, dando conta que foi utilizado o critério da homogeneidade da marca.-----

O Vereador Artur Lima recordou as questões colocadas pelo próprio em relação ao carro que fez a limpeza e desinfecção das ruas. O Vereador José Élio Ventura pediu que esclarecesse qual a questão em concreto. O Vereador Artur Lima recordou as várias discussões sobre o carro, anotando ter contestado essa opção. Relembrou que o serviço foi adjudicado por dezanove mil e novecentos euros mais IVA, mas que inicialmente era para ser gratuito, posteriormente seria para lavagem dos mil e duzentos contentores. O Vereador António Ventura recordou igualmente que foi reportado que a primeira fase seria uma experiência. O Vereador Artur Lima indicou o relatório de três páginas que foi entregue, concluindo querer saber qual a utilidade deste gasto e qual a consequência, anotando que o processo não é transparente. O Vereador José Élio Ventura realçou que é necessário proceder a uma lavagem dos contentores. O Vereador Artur Lima concordou. O Vereador José Élio Ventura indicou que no corrente ano será aberto um procedimento para essa mesma tarefa, caso surja uma alternativa mais rentável. Indicou ainda não estar decidido, para 2012, se haverá novamente lavagem das ruas, ressaltando que esta situação terá de ser analisada cautelosamente. Referiu de seguida estar previsto, nomeadamente nas Sanjoaninas, pedir aos Bombeiros que façam a lavagem de algumas ruas.-----

Sobre a questão colocada pelo Vereador Artur Lima, sobre as quotas da EVT, a Presidente deu conta que a informação será prestada na próxima reunião.-----

O Vereador José Élio Ventura reportou-se à questão levantada na última reunião, em relação ao projeto da Teramb, dando conta de tratar-se de um projeto único, envolvendo as bolsas, os ecocentros e a central energética. Indicou ainda que o projeto será entregue aos Vereadores durante o corrente dia. O Vereador Artur Lima considerou que o projeto único foi um erro, porque vai atrasar a bolsa, uma vez que requer um empréstimo bancário. O Vereador António Ventura pediu confirmação sobre se o projeto foi entregue entre os meses de setembro e outubro. O Vereador José Élio Ventura assentiu, que foi por volta dessa altura. O Vereador António Ventura indicou que o PSD questionou em julho sobre o estado do projeto e que, na altura foi transmitido que o projeto havia sido entregue e que em outubro havia uma decisão. O Vereador José Élio Ventura esclareceu que, de momento, não há nenhuma decisão sobre o projeto, anotando que esta fase é uma etapa determinante, que disse ser o financiamento,



concluindo que sem esta não há projeto. O Vereador Fernando Dias indicou que quem tem de assegurar o financiamento é a entidade proponente. O Vereador José Élio Ventura respondeu afirmativamente, anotando que nesta fase esta a tentar assegurar-se que a banca disponibilize o documento que assegura que as questões financeiras estão a ser tratadas, o que anotou não garantir o financiamento. O Vereador Fernando Dias supôs que não haja decisão definitiva por parte dos fundos comunitários enquanto o financiamento não estiver assegurado. O Vereador José Élio Ventura assentiu. O Vereador António Ventura e Artur Lima questionaram sobre a data de entrada da candidatura no DREPA. O Vereador José Élio Ventura explicou que há duas fases, uma primeira em que as condições financeiras são tratadas e outra em que são asseguradas, apontando que o processo se encontra na primeira delas. Concluiu que a candidatura só chegará à sua fase final quando o financiamento estiver assegurado. O Vereador Artur Lima declarou que o CDS-PP quer responsabilizar quem conduziu este processo, sublinhando que este dura desde 2010, frisando que a Ilha Terceira tem um problema e que por isso é preciso responsabilizar a Teramb, o Conselho de Administração e especificamente o seu ex-Presidente. O Vereador António Ventura reafirmou ter perguntado pelo estado do projeto em julho de 2011 e que na altura foi indicado que este havia sido entregue e que haveria uma conclusão do mesmo no mês de outubro. O Vereador Fernando Dias apontou, ainda, que não lhes foi referida a questão do financiamento. O Vereador Artur Lima acrescentou que foi dito que os fundos asseguravam o financiamento, ressaltando a questão da responsabilização.-----

O Vereador Artur Lima referiu de seguida a infiltração e contaminação da água da lixeira, indicando as notícias que saíram no jornal sobre este assunto. A Presidente respondeu que trarão os resultados das análises feitas. O Vereador Artur Lima anotou a preocupação com o assunto.-----

O Vereador José Élio Ventura, sobre a bolsa, sobre o preço da construção da bolsa e o projeto deve estar ou não dividido em duas fases, deu conta que não há financiamento apenas para a construção de bolsas em aterros sanitários, anotando que a bolsa construída servirá para rececionar os produtos últimos do procedimento, ou seja, da valorização energética. O Vereador Artur Lima interveio para sublinhar que essa informação nunca lhe foi transmitida. O Vereador José Élio Ventura acrescentou só se podia construir uma bolsa através do Proconvergência, ressaltando que a capacidade da bolsa, em termos práticos, é mais abrangente, concluindo ser por isso que não é

possível fazer um projeto para a construção de uma bolsa e outro para o sistema de valorização energética. O Vereador Artur Lima deu conta de querer ter acesso ao projeto, destacando a leviandade com que o processo foi conduzido, ressaltando o problema do projeto não avançar, indagando sobre as consequências disso. O Vereador José Élio Ventura recordou que na reunião de discussão sobre o orçamento da Teramb o próprio referiu a atual conjuntura financeira nacional e internacional, nomeadamente ao nível do financiamento dos cerca de cinco milhões necessários para o projetos, reconhecendo que o processo não será fácil. Relembrou que o projeto será financiado a oitenta e cinco por cento e que se houver uma alteração das taxas de comparticipação o auto financiamento altera-se substancialmente, bem como a negociação dos créditos, concluindo que o projeto está condicionado por isso. Em relação ao possível cenário de morosidade do projeto ou de não execução do mesmo, indicou que será preciso encontrar alternativas de financiamento para a construção da oitava bolsa, apontando haver um intervalo de tempo que permite equacionar a viabilidade do projeto. O Vereador Artur Lima anotou a urgência da construção da oitava bolsa, indicando ainda os quinhentos mil euros de lucro dos SMAH em 2010, indagando que este ano deve estar próximo do milhão de euros. Nesse sentido indicou que do total necessário para a construção da bolsa, no valor de um milhão e duzentos mil euros, vinte e cinco por cento desse valor são trezentos mil euros, que do lucro de quinhentos mil euros ainda restam duzentos mil. O Vereador José Élio Ventura indicou que a questão não é tão simples. O Vereador Artur Lima concluiu haver duas preocupações prioritárias, a construção da oitava bolsa e a questão da contaminação dos aquíferos dessa zona. A Presidente apontou a importância de ser esclarecida esta questão, que disse poder ser geradora de confusão. O Vereador Artur Lima ressaltou que as pessoas ficaram assustadas com a notícia, que era bastante clara, afirmando ainda que não houve qualquer resposta por parte da Câmara, manifestando ser fundamental haver um esclarecimento, acrescentando que já há quem diga que a água está contaminada para os próximos anos, indagando ainda sobre a altura em que a notícia surge. Referiu-se de seguida à contaminação pelos norte-americanos, ressaltando que o CDS-PP denunciou essa situação, concluindo que aqui na Câmara lhes compete esclarecer a população. Anotou ainda a possibilidade, se necessário, de contratar uma empresa externa para fazer um estudo especializado sobre a matéria, conforme informação dos serviços técnicos dos SMAH. O Vereador José Élio Ventura disse ter lido a notícia com algum cuidado e que no corpo da notícia é referido que a água para consumo público está em ótimas

condições. Afirmou ainda que os SMAH fazem periodicamente análises da água e que nunca foi detetado nenhum tipo de contaminação, acrescentando que a jusante do aterro, no sentido de monitorizar algum problema dessa natureza, foram efectuados furos. Disse, ainda, que os SMAH não fizeram qualquer nota de esclarecimento em relação a essa matéria porque a própria notícia assegurava as boas condições da água de consumo público. O Vereador Artur Lima reafirmou a importância dessa informação ser divulgada. Referiu ainda que a mesma notícia dava conta que as primeiras bolsas não tinham sido impermeabilizadas e que tinham sido mal construídas, anotando que houve uma discussão académica sobre a construção das bolsas naquele sítio.-----  
-----

De seguida a Presidente apresentou os dois novos elementos do Conselho de Administração da Culturangra, Dr<sup>a</sup> Assunção Melo e Dr. Paulo Cardoso anotando a referência, em anterior reunião, que os mesmos ainda não eram conhecidos.-----

A Presidente referiu que a vogal Dr<sup>a</sup> Assunção Melo está a tempo inteiro e que o vogal Dr. Paulo Cardoso vai apenas às reuniões do Conselho de Administração e que sendo formado na área jurídica dá um bom complemento nas questões que vão surgindo.-----

A Presidente indicou que chegaram à Câmara vários convites para *Workshops*, Seminários, entre outros. Nesse sentido sugeriu que, em vez de os trazer à reunião de Câmara, estes sejam enviados diretamente aos Vereadores, via e-mail, permitindo a chegada da informação em tempo útil.-----

Em relação ao memorando com o Presidente do Governo Regional, a Presidente disse ter-se tratado de uma audiência para apresentação de cumprimentos e que o mesmo indicou ter intenção de colaborar em tudo aquilo que seja favorável para o concelho de Angra. Referiu de seguida terem falado sobre a Culturangra, por ser um tema de destaque na altura e que o Presidente do Governo Regional confirmou a transferência de verba. Apontou ter colocado o Presidente a par da situação e que este se mostrou sensibilizado. Deu ainda conta de ter falado da Escola de Santa Bárbara, nomeadamente sobre a dúvida sobre o primeiro e segundo ciclo e a intenção da continuidade do projeto, informando que terá reunião com a Secretária Regional da Educação, em princípio durante a corrente semana e que posteriormente reportará sobre os resultados da mesma. Disse, ainda, ter questionado sobre a situação do

Hospital de Santo Espírito e que foi informada que o edifício será reutilizado pelo concessionário, que tem autonomia para definir a utilização que entender, dentro dos trâmites legais, concluindo não haver decisão sobre a matéria, pelo menos em termos formais. Indicou ter sido referida a situação as duas viaturas elétricas de transporte coletivo, informando haver previsão da chegada das mesmas para breve. Deu conta de ter sido mencionado o Plano de Animação e Requalificação da Baía de Angra e que a apresentação pública terá lugar a breve trecho. Concluiu que foi convidada para a receção no Palácio de Santana, onde esteve presente, tendo regressado no dia seguinte. Transmitiu que foi assegurada disponibilidade para o diálogo e colaboração sobre os mais diversos assuntos. -----

A Presidente deu ainda conta de ter recebido, na corrente semana, os Deputados Regionais do PS, pelo círculo da Terceira, para apresentação de cumprimentos, acrescentando que os mesmos têm visitado autarquias, para se inteirarem das questões dos elencos camarários e dos respetivos Presidentes. Ressalvou que os deputados indagaram sobre o estado da autarquia, referindo igualmente a questão da Culturangra e finalmente manifestando disponibilidade para colaboração.-----

Indicou ainda ter recebido o Deputado Regional Aníbal Pires, no mesmo âmbito.-----

Sobre as questões colocadas, nomeadamente em relação ao facto de ser uma Câmara minoritária e às relações com os restantes partidos, deu conta de ter respondido que a relação é boa e que há um entendimento entre todos, acrescentando que se tem chegado a resultados positivos.-----

O Vereador António Ventura, em relação à questão do espaço ocupado pelo antigo Hospital do Santo Espírito, considerou que a decisão não deve ser apenas do concessionário, anotando que este deve reunir consenso com a Câmara Municipal e de acordo com a necessidade do Concelho, no âmbito do ordenamento do território. Anotou a importância deste espaço ser rentabilizado, apesar de ser privado. A Presidente ressaltou que o uso privado só pode ser limitado nos termos da legislação, sublinhando que é do interesse de todos que daqui resultem mais-valias para o Concelho, mas que não podem fazer limitações e imposições, mas que acompanharão o processo. O Vereador António Ventura clarificou que não estava a sugerir que sejam feitas limitações

ou imposições, mas no sentido de se estabelecer diálogo, por forma a chegar a uma conclusão benéfica para todos.-----

-----

A Presidente deu de seguida conhecimento do volume de cartas que têm chegado à Câmara contra a realização do congresso taurino, previsto para o final do corrente mês no concelho de Angra. Indicou que as mesmas serão reencaminhadas. Os Vereadores indicaram não ser necessário, uma vez que também as receberam. A propósito, o Vereador António Ventura afirmou que este fundamentalismo resulta da desinformação e do aproveitamento, dando conta que todos os Deputados receberam essas cartas, considerando que o que é referido nos e-mails que receberam não está em nada relacionado com o que está previsto. Nesse sentido, repudiou a desinformação destes e-mails, manifestando que há uma tentativa de desvirtualizar a realidade dos factos e do evento em causa. Anotou ser lamentável o que está a acontecer, nomeadamente em relação a esta atitude perante o que disse ser uma tradição e um chamariz turístico para a Ilha Terceira.-----

A Presidente deu seguidamente conta que as reuniões da Assembleia Municipal de Peniche passaram a ser transmitidas em direto, pela internet, destacando que a notícia refere que assim Peniche segue a iniciativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a primeira, e até agora única, a usar as tecnologias para transmitir as reuniões do executivo.-----

Informou que no dia 17 de janeiro terá lugar uma reunião com o Secretário Regional do Ambiente e do Mar sobre resíduos, no auditório do Palácio dos Capitães Gerais, com as autarquias de Angra e Praia, Teramb e AMISM, por videoconferência.-----

A Presidente indicou que no dia 18 de janeiro haverá uma apresentação de cumprimentos do Presidente da Açoreana Seguros, o Eng. Diogo da Silveira.-----

Nos dias 20 e 21 de janeiro, às vinte e uma horas e trinta minutos, terá lugar o encontro de tunas Oceanus, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.-----

No dia 21 de janeiro, terá lugar o jogo do campeonato nacional da terceira divisão, Série Açores de Futsal, Matraquilhos VS Madalena e no dia 22 de janeiro, às quinze horas, a segunda divisão centro Angrense VS Cinfães, no estádio municipal.-----

Deu conta de seguida que no dia 23 de janeiro, às catorze horas, realiza-se a cerimónia oficial de encerramento do projeto “Por favor não caia”, no Centro Cultural e de Congressos.-----

A Presidente informou que entre os dias 26 e 28 de janeiro terá lugar o Fórum Mundial da Cultura Taurina, também no Centro Cultural. Também no dia 26 de janeiro, às dezassete horas, decorrerá a inauguração da sede dos Escuteiros do Raminho.-----

O Vereador António Ventura indicou que não poderá estar presente no Fórum da Tauromaquia, por haver sessão na Assembleia Legislativa nessa semana.-----

O Vereador António Ventura apontou de seguida outra questão relativa a uma petição que dará entrada durante a corrente semana sobre o acesso às zonas de pesca do Monte Brasil. Deu conta que a petição é assinada por cerca de trezentas pessoas e que tem como objetivo que a Câmara entre em diálogo com o Comandante do Destacamento para que a proibição do acesso seja levantada. Destacou que esteve reunido com o Segundo Comandante, em setembro, e com o Tenente Coronel Silveira, a propósito das questões do Monte Brasil, bem como sobre as questões do património, indicando que foi dito, em relação às zonas de pesca, que o acesso tinha sido vedado porque no continente um quartel foi alvo de roubo de algumas armas, daí terem bloqueado o acesso em todos os quartéis do país. Indicou ter-lhe sido dito igualmente que estavam dispostos a rever a decisão e a perceber que há muitas famílias, cujo meio de subsistência é a pesca. Recordou que, na altura, havia um processo de substituição de Comandante e que, nesse sentido, a Presidente deveria solicitar uma reunião com o novo Comandante, por forma a perceber sobre a disponibilidade do mesmo em levantar esta restrição. A Presidente deu conta que irá colocar essa questão.-----

O Vereador António Ventura referiu de seguida ter queixas de munícipes, nomeadamente em relação a uma situação na Rua da Garoupinha de falta de iluminação pública. Apontou ainda que alguns moradores da Rua Francisco do Canto se

queixaram de um muro caído, que se transformou em ninho de ratos e de outras espécies infestantes. A Presidente questionou se é um muro particular. O Vereador António Ventura disse não saber precisar. A Presidente deu conta que a situação será verificada. O Vereador António Ventura reportou de seguida que alguns moradores continuam a queixar-se do tráfico e consumo de droga na Praça Almeida Garrett. Anotou ainda que algumas pessoas mostraram o seu descontentamento em relação à faixa da circular externa para entrada no novo Hospital que termina com o sinal de aproximação de estrada com prioridade, afunilando o trânsito, sendo a da esquerda, de ultrapassagem, a que tem prioridade. O Vereador disse que a ideia era tentar perceber se não há outra solução, considerando que desta forma o trânsito não circulará com a fluidez e segurança necessárias. Indicou ainda que as obras de intervenção nas calçadas são necessárias, mas que têm sido alvo de queixas por parte dos munícipes por limitarem o estacionamento em Angra.-----

Nesta sequência, a Vereadora Teresa Valadão questionou se seria possível ser entregue o plano faseado das intervenções nas calçadas, com previsão do início e fim. A Presidente indicou que na primeira reunião com este executivo foi aprovado o documento que continha essa informação. A Vereadora indicou que na Rua de São João há uma zona onde é proibido estacionar para a passagem dos camiões, dando conta que chegou a ficar com o carro bloqueado e que não foi dada qualquer informação sobre essa situação. Indicou, ainda, que na passada sexta-feira, parte do troço da Rua de São João esteve ocupada por um camião, por motivo de obras, sugerindo que quando for o caso destas situações que os moradores sejam avisados pelo menos com vinte e quatro horas de antecedência. A Presidente concordou que a observação faz todo o sentido e que tem sido feito esse esforço, apesar de ter falhado claramente na situação referida. Deu conta que foram enviados ofícios a todos os moradores da Rua do Salinas, bem como da Rua Carreira dos Cavalos e que foi transmitida a informação relativa ao início da obra e previsão de fim, lamentando o incómodo. Em relação ao trânsito, indicou que foi permitido para que os moradores das zonas intervencionadas possam procurar outro local para estacionamento. No que diz respeito à informação da Vereadora, a Presidente deu conta que foram entregues dísticos para circulação de camiões, para situações pontuais, anotando que irá recolher dados sobre o assunto, por forma a que a informação seja transmitida e a situação corrigida.-----

O Vereador António Ventura inquiriu se o estudo encomendado sobre o trânsito contempla soluções de estacionamento. A Presidente deu conta que se ia inteirar sobre essa informação e que a trará posteriormente.-----

O Vereador António Ventura reportou-se de seguida à pocilga que existe na Ribeirinha, recordando que o assunto foi várias vezes trazido a esta Câmara e que foi transmitido aos Vereadores que havia diálogo com o proprietário. Questionou se com a atual Presidente já tinha sido restabelecido este diálogo. A Presidente respondeu que ainda não, indicando que esperar ter, na próxima reunião, dados novos sobre essa situação.---

A Vereadora Teresa Valadão inquiriu se o processo de colocação de papeleiras está concluído, anotando que havia a informação que seria uma intervenção faseada. Apontou que na lateral da Igreja da Conceição assistiu à queda de uma senhora que se desviava da papeleira que foi retirada, mas que não foi repostas.-----

A Vereadora Teresa Valadão deu conta de se ter apercebido que todas as atividades culturais têm sido deslocalizadas do Teatro Angrense para o Centro Cultural. Nesse sentido, questionou se o mesmo irá acontecer com o Carnaval, acrescentando que a pergunta lhe foi colocada por várias pessoas. Inquiriu ainda se esta mudança se prende com os problemas do Teatro Angrense, nomeadamente por não oferecer condições de segurança. A Presidente respondeu que essas decisões foram tomadas tendo em conta vários aspetos, designadamente em relação às tunas, indicou que houve a deslocação porque os estudantes preferem estar de pé e também por causa das consequências de uma organização destas numa infraestrutura como o teatro. Indicou ainda que foi pedido um relatório sobre a situação das térmitas no teatro, havendo por isso necessidade de o encerrar durante um período para avaliação, cujos resultados servirão de base para o projeto de requalificação. Acrescentou que o relatório foi concluído há cerca de uma semana, mas que alguns dados foram inconclusivos e que, por isso, foram pedidos dados mais pormenorizados. Concluiu ser por isso que os espetáculos foram transferidos para o Centro Cultural.-----

O Vereador José Élio Ventura informou que serão colocadas papeleiras, brevemente, na Praça Almeida Garrett e que será revista a situação que a Vereadora Teresa Valadão indicou, no sentido de ser substituída ou retirada, conforme a situação. Deu ainda conta



que os SMAH vão proceder à aquisição de mais papelarias, no sentido de ter alguma quantidade em *stock*, para proceder a substituições, quando necessário.-----

A Vereadora Teresa Valadão recordou de se ter abordado, na reunião do dia 5 do corrente, a questão dos inquéritos sobre a opinião de várias entidades de Angra, sugerindo que, tendo em conta a complexidade das respostas, os documentos fossem facultados, via e-mail aos restantes Vereadores e que, depois da leitura, fosse agendada uma reunião para discutir o assunto. A Presidente concordou.-----

### **Período da Ordem do Dia**

A Presidente indicou ter, para inclusão na agenda, o Orçamento da Culturangra, EEM para o ano de 2012, revisto, com as alterações solicitadas, nomeadamente sobre a alteração do parágrafo, que disse ter ficado apenas da seguinte forma “o orçamento da Culturangra tem origem nas conclusões do orçamento de base zero, realizado por uma entidade independente”, mantendo-se o resto. Em relação aos documentos, para ser mais simples perceber o que foi feito, apontou o quadro disponibilizado, anotou que foi introduzida a receita, nos subsídios à exploração, do Teatro Micaelense, acrescentando a informação que a distribuição foi feita pelas rubricas mais carenciadas, frisando que é um documento provisional, podendo sempre haver uma adaptação do mesmo. Nesse sentido, pôs à votação a inclusão deste ponto. **Os Vereadores aprovaram a inclusão por unanimidade.**-----

## **DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES**

### **Trasladação de Ossadas**

Ent. 6267 – Pedido de trasladação de ossadas, efetuado por **Maria Nivea de Sousa**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6243 – Pedido de trasladação de ossadas, efetuado por **Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos

n.º s 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Apesar da delegação de competências, a Presidente explicou que há o entendimento jurídico que a transladação de ossadas não é competência delegada ou delegável.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se, na próxima alteração à regulamentação, não poderá ser incluída uma norma explícita que indique que esta competência também é delegada na Presidente.-----

### **Licença Especial de Ruído**

Ent. 6143 – Novamente presente o pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a música ambiente, no período de 7-12-2011 a 7-01-2012, das 20:00 às 4:00 horas, no Caminho da Vila, freguesia do Porto Judeu, efetuado por Letícia da Cruz, para esclarecimento dos motivos do indeferimento por parte do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, justificou o indeferimento da licença em causa, pelo facto de causar mau estar à vizinhança, bem como não haver motivo específico que justifique a atribuição da licença em apreço, pelo período solicitado.**-----

A Presidente indicou que o assunto já veio a reunião de Câmara, tendo o pedido sido indeferido, acrescentando que tem de ficar expressa a razão do indeferimento. Recordou que referiram as queixas dos vizinhos, em relação ao ruído e à situação que se gera em torno deste espaço. Indicou ainda que não havia um motivo que explicasse este pedido de licença de ruído em continuidade. Relembrou ainda que o Vereador Luís Brasil referiu que existe uma escola relativamente próxima e que pelo chão eram deixados vestígios, como garrafas. Depois de uma questão levantada pelo Vereador Artur Lima em relação à legalidade do indeferimento por estes motivos, a Presidente explicou que é uma licença especial de ruído por ir para além do período normal, ou seja, até às quatro da

manhã, acrescentando ainda que a atribuição desta licença especial pode ser sempre questionada, conforme está previsto na lei. A Presidente ressaltou ainda que o espaço em causa está a funcionar com uma licença provisória e que esta era ultrapassada pelo pedido realizado.-----

## **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### **Constituição das Comissões de Vistorias** **no âmbito do Regime Jurídico da** **Urbanização e da Edificação**

Ent. 16 – Informação do **Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística**, datada de 3 de Janeiro de 2012, no sentido de serem aprovadas pelo órgão executivo municipal as constituições das seguintes Comissões de Vistorias, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação:-----

- Para efeitos do n.º 2 do art.º 65.º do RJUE, nomear como membros efetivos os técnicos Arq.º Rui Silva, Arq.ª Maria João Miranda e Eng.º Cosme Picanço, sendo suplente o Urbanista Paulo Sequeira e o Técnico de Construção Civil Samuel Alves;-----

- Para efeitos do n.º 2 do art.º 87.º do RJUE, nomear como representantes da Câmara Municipal o Eng.º Cosme Picanço e o Técnico de Construção Civil Samuel Alves, além dos elementos representantes das entidades externas respeitantes a cada uma das infraestruturas a receber, sendo suplentes o Urbanista Paulo Sequeira e o Fiscal Municipal Manuel dos Santos Pires;-----

- Para efeitos da aplicação do art.º 90.º do RJUE, nomear como membros efetivos os técnicos Arq.º Rui Silva, Eng.º Cosme Picanço e o Técnico de Construção Civil Samuel Alves, sendo suplentes a Arq.ª Maria João Miranda e o Diretor de Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, Eng.º Artur Gonçalves;-----

- Para efeitos da realização de vistorias nos termos dos artigos 13.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, nomear como membros efetivos os técnicos Arq.º Rui Silva e Arq.ª Maria João Miranda e o Veterinário Municipal Dr. José Trigueiro, sendo suplentes o Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística, Arq.º Rogério Lourenço e o Veterinário Municipal Dr. Diogo Costa, sem prejuízo da participação das entidades externas previstas no mesmo diploma. – **A Câmara**

**Municipal, após votação por escrutínio secreto, com sete votos a favor, concordou com a nomeação das vistorias em causa.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou os efeitos do n.º 2 do artº 65.º do RJUE. A Presidente leu o artigo em causa, indicando que este prevê a designação da vistoria pela Câmara Municipal, nos termos deste artigo.

**Protocolo entre o Município  
de Angra do Heroísmo  
e o Instituto Histórico da Ilha Terceira**

Ent. 1357 e 146 – Resposta do Instituto Histórico da Ilha Terceira, remetendo os textos de carácter histórico para as placas turísticas, nos termos da deliberação tomada em reunião camarária de 24 de Outubro de 2011. Para conhecimento do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**Adenda ao protocolo com a  
Tertúlia Tauromáquica Terceirense**

Ent. 48 – Proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, datada de 11 de janeiro 2012, tendo em vista a atribuição de um apoio no montante de € 125 000,00 à Tertúlia Tauromáquica Terceirense no próximo ano, mediante adenda ao protocolo firmado com a mesma entidade em 23 de Novembro de 2010, que tem por objeto a organização de eventos e manifestações taurinas por ocasião das Festas Sanjoaninas, para deliberação do órgão executivo nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente disse que a adenda tem como objetivo a atribuição de um apoio no valor de cento e vinte e cinco mil euros, anotando que estavam previstos cem mil euros no orçamento e que os restantes vinte e cinco mil serão inscritos na revisão de Abril, a quando da introdução do saldo de gerência. O Vereador António Ventura questionou se o valor foi acertado com a Tertúlia e se esta concorda. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias considerou que no texto da entrada deverá

estar escrito o corrente ano. A Presidente concordou, acrescentando que o mesmo é referente aos anos 2012/2013, uma vez que o protocolo prevê a realização da feira por dois anos, sendo que o valor pode ser sempre adaptado.-----

**Apoios pontuais – Época de candidaturas**  
**de 1 a 31 de Janeiro de 2012**

Ent. 43 – Proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, datada de 10 de Janeiro de 2012, no sentido de a abertura da época de candidaturas para apoios pontuais ser de 1 a 31 de Janeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Incentivo a Atividades de Interesse Municipal, e artigo 128.º, n.º 2, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta, com a ressalva de o período de abertura de candidaturas ser de 1 de Janeiro a 15 de Fevereiro.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou se as duas fases acordadas se mantêm. A Presidente assentiu, anotando que de qualquer forma têm de vir a reunião de Câmara a deliberação.-----

O Vereador Artur Lima indicou que no passado ano se suspendeu a fase de candidaturas referente ao mês de julho e que estes estavam suspensos. Considerou que excecionalmente, como houve uma suspensão, o referido período deveria ser alargado em, pelo menos, quinze dias, ou seja, até 15 de fevereiro. Os Vereadores concordaram.-

**Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**  
**– Minuta do contrato – Empreitada Poejo**  
**– Freguesia de Feteira**

Ent. 198 – Ofício n.º SAI-SMAH/2012/73, datado de 10 de Janeiro de 2012, dos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**, remetendo a minuta do contrato respeitante à empreitada de “Construção de Reservatório de Água, Estação Elevatória e Conduitas no Poejo – Feteira – Empreitadas 2011/2012”, para aprovação do órgão

executivo municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º, do CCP. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou esta minuta do contrato respeitante à empreitada em causa.**-----

**Proposta – afetação de dotações orçamentais  
de despesas de recursos humanos para o ano 2012**

Ent. 47 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal sobre afetação de dotações orçamentais de despesas de recursos humanos para o ano de 2012 para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e do artigo 7.º, n.º1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.**-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de, quando leu o título da entrada, ter percebido que se tratava de todas as despesas com pessoal, anotando que, depois da leitura dos anexos, se apercebeu que era apenas referente às remunerações do pessoal e não sobre os restantes encargos sociais. A Presidente concordou. O Vereador confirmou que neste caso está em causa um valor de cerca de três milhões de euros e que no Orçamento estão previstos cerca de quatro milhões, que abrangem o conjunto das despesas com pessoal. A Presidente confirmou.-----

O Vereador Artur Lima recomendou à Câmara que fosse efetuada uma viagem a Malaca, que disse ter muitas semelhanças com Angra, nomeadamente que os habitantes falam português, festejam o São Pedro e o São João e ainda que têm uma traça semelhante. A Presidente anotou que iriam estudar o assunto, o qual disse desconhecer.-----

**Empreitada da Escola da Ribeirinha**

**– Pacote 2**

**– trabalhos a menos**

Ent. 46 - Proposta do CDUI para aprovação de um saldo de trabalhos a menos, plano de trabalhos, prorrogação de prazo, plano de pagamentos, plano de mão de obra e plano

de equipamentos para a empreitada de construção da escola do ensino básico da Ribeirinha. Vem acompanhado de parecer favorável do DDSGT. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.**-----

O Vereador Artur Lima indicou a intenção de votar contra, tal como recordou ter votado desde o início. Anotou dificuldade em perceber a razão dos trabalhos a mais e a menos e sobretudo que isto resulte em alguma poupança. Afirmou que o projeto está mal feito desde o início, frisando que já houve uma série de correcções à obra e que agora há mais. Concluiu que esta, assim como outras propostas, resultam num acréscimo de custos na construção da Escola da Ribeirinha, apontando os vários passos do projeto que disse somarem cerca de setenta mil euros. Destacou outras despesas, nomeadamente com os acessos, que disse resultarem da escolha da localização. O Vereador aproveitou para questionar sobre a previsão do fim da obra, que disse que já deveria ter sido terminada e entregue. Ressalvou que no final da obra darão conta da derrapagem de centenas de milhares de euros, que disse resultar do mau planeamento que foi feito.-----

A Presidente indicou que a data prevista para a conclusão da obra é 7 de maio do corrente ano.-----

O Vereador Artur Lima anotou o atraso substancial ao inicialmente previsto. Aproveitou a ocasião para informar a Câmara que o ex-Vice-presidente da Câmara Municipal de Angra, incapaz de se defender com argumentos políticos, resolveu apresentar queixa do próprio por difamação, nos termos da lei. O Vereador Artur Lima deu ainda conta que pediu dispensa da Assembleia Legislativa, por querer ir a tribunal esclarecer o assunto. Indicou, ainda, que vai pedir à Câmara toda a informação original sobre este processo, por forma a apurar responsabilidades na aquisição do terreno, na gestão do projeto, nas expropriações e outros aspetos. Destacou ainda não se sentir minimamente intimidado, acrescentando que já recebeu a notificação, reiterando que já pediu dispensa da sua imunidade parlamentar.-----

O Vereador Artur Lima indicou que já contratou um advogado, pedindo à Presidente que consulte e confirme junto dos serviços jurídicos a informação que a lei prevê que seja a

Câmara Municipal a arcar com as despesas, por ter sido processo no exercício das funções na Câmara.-----

O Vereador António Ventura questionou se será também a Câmara a pagar a parte relativa ao ex-Vice-presidente da Autarquia. O Vereador Artur Lima manifestou ter ideia de a queixa ter sido apresentada em termos pessoais, por difamação da família. Nesta sequência, disse nem conhecer a família, que apenas falou da esposa, por esta, na altura, ser titular de um cargo político, nomeadamente Secretária Regional da Educação, referência que disse ter feito a 23 de dezembro de 2008, sobre o casamento desta com o então vice-presidente da Câmara Municipal e proprietário do terreno. Ressalvou, ainda, ter a consciência limpa, afirmando querer esclarecer a opinião pública, acrescentando ter confiança na Justiça. O Vereador Artur Lima informou ainda que o Deputado Municipal José Alberto Borges também foi alvo de queixa e que este já foi ouvido no âmbito desse processo. Nesse sentido, manifestou que ambos, enquanto autarcas, têm direito ao patrocínio da defesa pela Câmara Municipal. A Presidente deu conta que irá averiguar os trâmites processuais.-----

Depois do Vereador Artur Lima apontar que os Vereadores do PSD poderão ser testemunhas no processo, a Presidente indicou que foi nomeada testemunha, atendendo a que, na altura, foi a própria que assinou os despachos para a expropriação.-----

O Vereador António Ventura diferenciou a observação política da pessoal e que as discussões que se geraram neste âmbito foram de natureza política e relacionadas com a ocupação de cargos públicos.-----

### **Pedido de parecer**

Ent. 6497 - Pedido de parecer vinculativo do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo, nos termos do artigo 10.º n.ºs 3 e 4 do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis (IMT), relativamente ao pedido apresentado por João Meneses do Couto, com vista à isenção de pagamento do mesmo imposto, de acordo com o disposto no artigo 6.º alínea j) do mesmo Código, na aquisição de três prédios rústicos que se destinam à sua primeira instalação agrícola. Para deliberação do órgão



executivo. – **A Câmara Municipal retirou este documento, devendo o mesmo ser reagendado para a próxima reunião do executivo municipal, após esclarecimentos adicionais.**-----

Após alguma discussão em torno do pedido, o Vereador Artur Lima deu conta de não estar preparado para votar, sugerindo que seja redigido um parecer fundamentando sobre o assunto, para poderem decidir posteriormente.-----

Os Vereadores concordaram.-----

### **Pedido de limpeza**

Ent. 34 – E-mail, de 26 de Dezembro, da **ART - Associação Regional de Turismo**, solicitando apoio para a limpeza do quiosque sito no Alto das Covas. Para deliberação do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou proceder à limpeza solicitada.**-----

A Presidente indicou que o pedido consiste na limpeza da área em redor do quiosque da ART, no Alto das Covas.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que será um apoio em espécie. A Presidente assentiu.-----

### **Fora da Agenda**

### **Orçamento da Culturanga, EEM para o ano de 2012**

Ent. 6385 – Novamente presente o Orçamento da empresa municipal **Culturanga, EEM**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local.-----

**Verificou-se um empate, tendo a Presidente da Câmara exercido o voto de qualidade, pelo que o resultado da votação foi o seguinte:**-----

**3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, 1 abstenção do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do PSD, pelo que foi aprovado este documento.-----**

**Sobre este assunto, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-----**

**Do Vereador do CDS-PP:-----**

**(Transcrita do áudio da reunião de 16 de Janeiro de 2012)**

**“O Orçamento da Culturangra foi amplamente discutido em diversas reuniões de Câmara e nós temos que ter em conta algumas coisas e foi isso que justificou a nossa abstenção. Em primeiro lugar, já estava previsto uma verba no Orçamento da Câmara de um milhão e setecentos mil euros para a Culturangra. Em segundo lugar, foi aqui aprovado o contrato programa exatamente nesse valor. Obviamente que o corolário de tudo isso seria o Orçamento para pôr em execução tudo aquilo que foi aprovado, senão, caso contrário, a Empresa não poderia funcionar, duvido até que pudesse fazer face às suas despesas mais elementares e duvido até que alguém pudesse assinar algum documento de despesa, sem ter o Orçamento aprovado, ficaria sem enquadramento orçamental. Depois, é preciso ver uma coisa, o CDS só teve responsabilidades sobre a Culturangra, ou sobre a gestão da Culturangra, ou sobre a opinião da Culturangra deste executivo rigorosamente a partir de Novembro de 2009, ou seja, não teve nenhuma responsabilidade nem nenhuma opinião em 2007, 2008 e 2009 e o que se verifica da análise dos orçamentos desses anos é que em 2010 houve efetivamente uma redução significativa de despesa, que houve efetivamente mais um cuidado na gestão, pese embora tenha havido alguma, eu chamar-lhe-ia derrapagem, em 2011. Mesmo assim, comparando com os anos de 2007, 2008 e 2009, há uma redução significativa de despesa. Por isso mesmo, entendemos que a chumbar o Orçamento da Culturangra ou a discordar do Orçamento da Culturangra faria razão ter sido em 2007, em 2008 e em 2009, aí sim, erramos em 2009, estou só a falar da Culturangra, era um Orçamento de quase quatro milhões de euros, dois milhões e meio de euros, não faria a nós nenhum sentido depois de termos aqui imposto e registo a abertura para o diálogo por parte do executivo e fazer oposição, quanto a nós, não é quando o executivo é minoritário apenas bloquear, é também negociar e é também chegar a entendimentos, desde que esses entendimentos sejam a favor dos munícipes e do Município e o que aconteceria é que além de pormos em causa vencimentos de pessoas, a relação laboral e de emprego de pessoas, que eu não vou agora pronunciar-me se são mais ou se são menos, já chegámos à conclusão que elas entraram em número excessivo àquilo que era previsto no contrato de 2006, mas também nunca foi criticado até 2010 isso ou até hoje e elas entraram fundamentalmente no ano 2008 e 2009, o CDS não estava presente neste executivo, acontece é que estamos numa situação de crise económica e social grave e que quanto a nós, o chumbo deste Orçamento implicaria eventualmente ter que despedir gente ou não ter dinheiro para pagar ordenados ou não ter dinheiro para manter o Pavilhão Municipal ou o Concelho passar por mais uma vergonha de não se realizarem as provas de basquetebol, por exemplo nacionais, porque não tem condições e portanto, ponderando tudo isso e fazendo as críticas que sempre fizemos à Culturangra, mas ponderando os superiores interesses, que de famílias, quer de trabalhadores, quer de fornecedores, entendemos que não podemos bloquear agora este orçamento, pese embora e sobretudo com outra,**

**julgo, condição que pela primeira vez este executivo se dispor a fazer um estudo de viabilidade da empresa, coisa que nunca foi pedida, nem exigida até 2010, por parte da oposição de então e agora que estamos eu diria até que a Culturangra nunca foi tão escrutinada, tão fiscalizada e tão controlada como é hoje, e é esse o papel da oposição, fiscalizar e não bloquear, e quando as condições são as que são e quando temos todas as oportunidades e há disponibilidade do executivo de melhorar essa gestão e há disponibilidade do executivo de aferir da viabilidade daquela empresa e está encomendado esse estudo, entendemos que nos devíamos abster pelas razões que já atrás aduzi mas sobretudo para haver um pagamento, como foi exigência nossa até 31 de Janeiro, de todos os fornecedores e não colocar em risco salários e famílias numa situação de grave crise que o Concelho, a Região e o País atravessam nesta altura, pese embora as críticas que sempre fizemos e o modo como foram contratados, parece-me que nesta situação de quase emergência social merecem da nossa parte pelo menos algum benefício até se estudar melhor as propostas que aqui fizemos de algumas competências da empresa que serão transferidas para a Câmara ou não, sobre o número adequado de funcionários ou não, e portanto, merecem da nossa parte todo o respeito, quer os fornecedores, quer trabalhadores, quer as famílias que dependem daquela empresa e independentemente da justiça do seu contrato inicial e portanto achamos comparativamente ao período de 2005 a 2009, onde não tivemos representação nesta Câmara. No período de 2009-2013 houve efetivamente com a nossa representação mais um controle apertado quer sobre as Sanjoaninas, quer sobre a Culturangra e que se vem fazendo uma evolução positiva que julgo que ainda não acabou, e que tem caminho para andar, agora para fazermos a evolução, não podemos bloquear, temos que fiscalizar, temos que fazer propostas, temos que chegar a entendimentos e se várias vezes criticamos a arrogância dos executivos maioritários, também temos que aceitar a humildade dos executivos minoritários e não podemos também praticar a arrogância da oposição por ser maioritária.”-----**

**Dos Vereadores do Partido Social Democrata:-----**

**(Transcrita do áudio da reunião de 16 de Janeiro de 2012)**

**“O Partido Social Democrata viabilizou durante dois anos os planos e orçamentos, em concreto o de 2011 só houve plano e orçamento, porque o Partido Social Democrata entendeu que assim o faria depois do Partido Socialista se comprometer com o Partido Social Democrata com um conjunto de situações, designadamente, no âmbito económico e no âmbito social, depois do Partido Social Democrata ter recomendado um conjunto de situações e essas situações terem sido sujeitas a um diálogo e a um debate, que resultou de facto um entendimento e é essa a postura que nós achamos que devemos ter, obviamente na fase da governação e a pensar nos municípios e no Concelho. Este ano verificou-se que nos planos e orçamento no qual inclui também a Culturangra e no qual inclui também os Serviços Municipalizados que esses compromissos não foram minimamente satisfeitos, ou seja, houve uma quebra, uma rotura, no entendimento com o Partido Social Democrata e obviamente perante essa quebra de lealdade e perante aquela que foi numa primeira fase as nossas recomendações, nós não podemos de maneira nenhuma continuar a estabelecer esse tipo de diálogo e compromisso, percebendo que aqueles que viabilizaram**

**2011 não estão contemplados nestes documentos previsionais, ou seja, nós sentimo-nos enganados relativamente àquele que foi o compromisso. Perante isso e não voltando a incidir sobre o plano, ou sobre os Serviços Municipalizados ou sobre a Culturangra, esta é a apreciação geral sobre os documentos previsionais que este ano vieram aqui e este em concreto, que tivemos a falar, sobre a Culturangra, obviamente desde o início estamos dispostos a encontrar uma solução para os funcionários que merecem todo o nosso respeito. Agora, a responsabilidade desta situação é única e exclusivamente do executivo do Partido Socialista, teve todas as condições para governar, teve dinheiro, teve documentos aprovados e teve meios técnicos e meios de relacionamento, o Partido Social Democrata não foi obstáculo para nada, obviamente o nosso somatório destes dois anos perante a quebra de um compromisso e a quebra de lealdade é negativo, não esperávamos que isto acontecesse, aconteceu como aconteceu, para nós não há, relativamente a estes documentos previsionais a menor margem para voltar a negociar.” -----**

**Da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista:-----**

**(Transcrita do áudio da reunião de 16 de Janeiro de 2012)**

**“Quero manifestar por um lado a satisfação de poder haver continuidade no trabalho, acho que é importante e reforçar a ideia de que todas as propostas que foram aqui feitas são contempladas, o Partido Social Democrata fez propostas para o contrato programa mas depois votou contra o Orçamento, mas mesmo assim as propostas serão todas contempladas no estudo e o que eu quero dizer aqui é que acho que apesar deste ter sido um processo longo e difícil, acho que para a empresa e para o Município resulta numa mais valia, acho que a empresa merecia e precisava, estava numa altura muito útil de ser feita uma reavaliação, acho que as propostas e os contributos de todas as partes foram importantes e acho que daqui vai resultar sem dúvida nenhuma um cenário muito melhor, muito mais positivo do que aquele que temos até ao momento e será uma fase de evolução e de mudança que acho que será positiva para a empresa e também para o Município, que é o que importa, e este estudo que será realizado a partir de agora e esta reavaliação, esta reestruturação será sem dúvida nenhuma uma mais valia. Os contributos de todos são importantes, sem dúvida nenhuma que é importante viabilizar o funcionamento da empresa até lá e é importante que continue a funcionar até termos um novo cenário e que funcione da melhor forma, portanto, é sem dúvida nenhuma, era muito importante viabilizar este documento, ainda que com as restrições que foram feitas, é perfeitamente aceitável, mas o que é certo é que toda esta situação e esta discussão vai resultar num cenário que acho que será de concordância para todas as partes, todas as opiniões serão tidas em atenção e estou convicta que vai resultar numa mais valia para o Concelho e para a empresa.” -----**

A Presidente entregou dados solicitados em reunião anterior em relação às Sanjoaninas. Indicou o resumo inicial, que enquadra o conceito e dinâmica e o motivo da escolha do

tema. Destacou de seguida o mapa, que será convertido posteriormente em programa, com as atividades previstas. Referiu de seguida a proposta de orçamento, além da prevista no orçamento da Culrurangra, dividida por áreas, sublinhando que, em relação aos espetáculos confirmados, há uma referência ao peso de cada um no orçamento.-----

O Vereador Artur Lima mostrou-se surpreendido com o valor de transporte e alojamento no valor de noventa e nove mil euros, indicando que esse montante terá de ser explicado. A Presidente concordou, anotando que esta é uma grande parcela, atendendo aos custos. O Vereador Artur Lima chamou a atenção para a necessidade de discriminar as grandes rubricas.-----

Os Vereadores anotaram o número de pessoas das comitivas cada artista e os encargos que isso significa. A Presidente destacou que normalmente os artistas trazem as equipas todas, mais equipamento.-----

O Vereador Artur Lima apontou querer ver os contratos destes artistas. A Presidente anotou que há exigências às quais o Vereador irá achar graça.-----

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....